

Pobreza e exclusão social

Análise das "novas" expressões da questão social no Brasil contemporâneo

Silene De Moraes Freire ¹

Introdução

A presente comunicação é fruto da pesquisa que realizamos na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O desenvolvimento da investigação procura analisar as mudanças em curso da questão social no atual contexto, a partir de preocupações voltadas para desvelar a presença e o enfrentamento da mesma no cenário histórico-cultural da sociedade brasileira evidenciado na década de noventa do século XX, sobretudo, depois de 1995. É a partir deste ano que observamos a guinada do Estado brasileiro para a mentalidade privatizante que as reformas estruturais de cunho neoliberal – centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado – promoveram. Consideramos que o ajuste neoliberal não é apenas de natureza econômica, faz parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais que ainda não foram suficientemente aclarados, sobretudo na América Latina². Temos como pressuposto que hoje o conservadorismo no social se expressa no retorno à naturalização da desigualdade social ou à aceitação da existência do “fenômeno” da pobreza como inevitável. A sociedade brasileira retrocedeu historicamente à noção de que o bem estar social pertence ao âmbito do privado. Neste contexto, a filantropia substituiu o direito social. Os pobres substituem os cidadãos, e o exercício da cidadania concentra-se na possibilidade de consumo dos indivíduos e na existência do pleito eleitoral. O emergencial e o provisório substituem o

permanente em termos de políticas sociais. Como contraponto a essa visão linear, buscamos demonstrar o retrocesso social de parcelas crescentes da população brasileira - em face das políticas neoliberais. Isso posto, no Brasil de hoje, faz-se urgente radicalizarmos a crítica cobrando promessas contidas no conceito de democracia. É nesse âmbito que situamos a condição de pobreza, e exclusão social. Não ignorando que a abordagem conceitual da exclusão configura-se como uma forma de pertencimento, de inserção na vida social. Trata-se, como destacou Martins (2002), de exclusão integrativa, de uma inclusão que se faz pela exclusão, de uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída. Por outro lado, entendemos que o tema da exclusão nos põe diante de um conjunto de incertezas em relação às sociedades latino-americanas contemporâneas e à nossa capacidade de sair do abismo que elas representam.

A Questão Social no Brasil Contemporâneo

Nos últimos anos, as dificuldades encontradas pelo país na implementação de uma democracia que amplie a cidadania, ou melhor que não se restrinja ao pleito eleitoral, e os constantes desafios políticos, econômicos e sociais impostos pelos ajustes promovidos pelas políticas neoliberais, demandaram sem dúvida, um esforço de reflexão que fez com que o

1 Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, professora adjunto do PPGFSS e da Graduação da FSS, coordenadora do Programa de Estudos de América Latina e Caribe do Centro de Ciências Sociais e Procientista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro –UERJ.

2 No caso brasileiro, tal projeto reafirma uma das particularidades de nossa cultura política: o moderno se constitui por meio do “arcaico”, recriando nossa herança histórica ao reatualizar aspectos persistentes e, ao mesmo tempo, transformando-o no contexto da globalização. A avalanche neoliberal demonstra que os problemas sociais aprofundados nessa quadra histórica que atravessamos, não representam uma retórica, mas um processo com profundas raízes em nossa sociedade.



eixos das discussões intelectuais priorizassem os estudos de caso, sobretudo dos fatos emergentes, ignorando a totalidade em que se inserem e consequentemente negando as particularidades que adquiriram em nossa realidade. No entanto, ao chegarmos ao início do século XXI, faz-se necessário repensar o século XX não apenas como forma de reconhecimento do seu significado na história recente de nosso país, mas também como caminho relevante para o melhor entendimento das questões sociais, políticas e econômicas que hoje enfrentamos. Não cabe aqui reproduzir o vício sociológico de tomar o mundo presente como desembocadura necessária dos eventos passados, mas de resgatar os elementos da cultura política brasileira que sublinharam momentos importantes de nossa história, e deixaram marcas profundas em nossa sociedade.

Isto posto, cabe mencionar que a preocupação temática orientadora da proposta deste artigo originou-se do nosso interesse em compreender o modo específico de Intervenção do Estado brasileiro face às pressões da chamada 'questão social' no contexto neoliberal. A escolha dessa temática não é fortuita, mas fruto do reconhecimento que a especificidade desta intervenção, não pode ser amplamente compreendida sem o entendimento das importantes inflexões da história do país, que constituem um elemento significativo da construção da hegemonia burguesa nestas latitudes. Dessa forma, ao buscarmos a compreensão das expressões recentes da questão social no Brasil também procuramos compreender as estratégias que os diferentes regimes políticos³, no Brasil, irão acionar ao longo do século XX para enfrentar as demandas geradas pela 'questão social', ou seja também objetivamos analisar como tais enfrentamentos levaram a prática de um modelo de desenvolvimento econômico-social e político que acabou por alterar profundamente os rumos históricos do país. Assim, a 'questão social' é aqui encarada em sua historicidade, enquanto expressão significativa das diferentes fases do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

As intervenções frente as demandas provocadas pela 'questão social' serão pensadas como um processo de controle social que tende a regular e até mesmo prevenir conflitos decorrentes de participações diferenciadas nos processos de produção e reprodução. Procuramos imprimir à investigação uma perspectiva histórica capaz de abrir algumas vias de acesso ao entendimento da sua gênese, transformações e condicionamentos sobre a situação atual. Desta forma, nosso estudo reconstruirá analiticamente o modo como se processou, na sociedade brasileira, o reconhecimento da existência de um "problema social" que merecesse a ação reguladora do Estado. Analisa-

remos os passos efetivos da ação governamental no campo da legislação social, bem como os processos recentes de desregulamentações do chamado mundo do trabalho e o recuo do Estado brasileiro no enfrentamento da chamada questão social. Entendemos que tais análises permitirão uma maior compreensão da questão social no Brasil contemporâneo.

Conforme já mencionamos, nosso estudo concentra-se num espaço de tempo onde podemos evidenciar mais claramente o aprofundamento da implementação dos ajustes promovidos pela égide das políticas neoliberais, ou seja, o ano de 1995. A partir deste marco procuramos registrar o desenvolvimento desta proposta, seus avanços. Entretanto, cabe ressaltar que temos como referência de estudo a identificação não somente das continuidades mas também as mudanças que ocorreram, no âmbito da questão social em nosso país, ao longo do século XX.

Nesta direção, é importante mencionar que apesar das transformações por que passou a sociedade brasileira nas duas últimas décadas do século XIX, momento em que todos os esforços eram para a constituição de uma estrutura econômica, política e social nova, a ideologia do liberalismo prosseguiu, justificando a negação da existência de um "problema social" e a omissão do Estado frente a ele. Aliás, uma das hipóteses de nossa investigação é a semelhança, não casual, do liberalismo ortodoxo desse período com o neoliberalismo que o Brasil irá enfrentar no final do século XX, até os dias de hoje, sobretudo, no que se refere a criminalização da questão social. Entretanto, como é amplamente reconhecido, apesar de todas as condições adversas e do predomínio ideológico do liberalismo, que resultavam na omissão do Estado diante das questões do trabalho, a sociedade brasileira ingressou no século XX tendo já algumas leis que poderiam ser consideradas como compondo um início de direito trabalhista, embora não ultrapassassem o âmbito dos profissionais do Estado. Na verdade, o movimento de 1930 veio coroar um caminho inaugurado no início do século XX.

Como se sabe a chamada "Revolução de 1930" resulta do processo de esgotamento do sistema vigente na República Velha. No plano político, esse processo, que se iniciara nos primeiros anos da segunda década deste século, agravou-se irreversivelmente nos anos vinte, quando o regime passou a ser visto por setores cada vez mais amplos como incapaz de regular a vida nacional. Não por acaso uma das metas prioritárias do governo instalado com a "Revolução de 30" era promover o enquadramento jurídico da 'questão social' e em fins do Governo Provisório já havia ele conseguido atingir quase que inteiramente este objetivo. As providências neste sentido foram, de fato, rápidas e eficazes.

3 A propósito, cabe lembrar que "não é o Estado que age, mas sim, sua forma de existência que é o regime político". Em outras palavras: "a ação do Estado se realiza através do regime político ou, mais precisamente, do governo". (SALAMA, 1983:33)

A mudança da ideologia que orienta a ação do Estado, a incorporação das massas como força política, a diversificação do aparato estatal, a efetivação do Estado autoritário, o corporativismo e o enquadramento jurídico da 'questão social' constituem o conjunto de temas mais frequentes na literatura que investiga as políticas sociais. A relevância deste período é constantemente reafirmada através das produções que investigam a 'questão social' em nosso país.

As análises da 'questão social' no período de 1930 a 1945 revelam que, na experiência republicana brasileira, sempre que as elites governantes produziram importantes decisões de política social, quer sob pressão das massas, quer em movimento antecipatório, foram, ao mesmo tempo, capazes de impor retrocessos na ordem política vigente. Assim aconteceu após 30, 1964 e, particularmente, 1970, como observou Wanderley Guilherme dos Santos (1978).

De modo diferenciado de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder, especificamente social, e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia historicamente acostumou-se a fazer política sem ter criado instituições próprias de poder. Por isso, ela convergiu para o Estado e fez sua unificação no plano político, antes mesmo de converter a dominação sócio-econômica no que Weber entendia como "poder político indireto". (Fernandes, 1975: 204)

É interessante observar que a "ideologia de Estado", no sentido que Bolívar Lamounier atribuiu à expressão, que se abre com a "Revolução de 30", traz juntamente com a concepção instrumental da democracia, um pressuposto político que poderia ser resumido na célebre metáfora de Gramsci sobre os países orientais: o Estado era tudo e a sociedade, inarticulada e gelatinosa, era nada.

Não seria incorreto afirmar que a cultura brasileira do século XX, representa um forte indício desse profundo divórcio entre o povo e a nação, tornando, assim, particularmente difícil o surgimento de uma autêntica consciência democrático-popular⁴.

Neste contexto, o modo como ocorreu o enfrentamento da "questão social"⁵ em nosso país, possui particular importância quando percebemos a utilização que as classes dominantes, fizeram desta questão, sobretudo a partir dos anos 30, quando ocorre o seu efetivo reconhecimento por parte do Estado.

A "questão social" serve não apenas para conter as ações oposicionistas, mas também para "humanizar" a espécie de Estado Leviatã⁶ que é erguido em momentos significativos do processo de modernização e expansão do capitalismo no Brasil. Os blocos ideológicos que em 1930 e 1964 deram legitimidade a construção deste Estado criam com a assimilação e o aperfeiçoamento da "questão social" nestes momentos, a imagem de uma espécie de "Leviatã Benevolente"⁷. Tudo isso explica porque muitas vezes as medidas de segurança e a repressão operam em conjunto com o avanço da legislação social. Os mesmos interesses dominantes acionam diferentes técnicas sociais, em distintas situações para garantir suas medidas modernizantes. Como menciona Ianni, eles "criam e aperfeiçoam instituições, de modo a garantir o controle sobre o jogo das forças sociais e a continuidade das políticas de crescimento, desenvolvimento, progresso ou modernização. Colocam-se em prática medidas destinadas a aperfeiçoar o *status quo*: reformar alguma coisa para que nada se transforme." (Ianni, 1992:100).

A análise da "questão social" em nossa sociedade tem autorizado alguns estudiosos do assunto a afirmação de que no Brasil, durante os governos ditatoriais e centralizadores, tem-se verificado significativos avanços na legislação trabalhista e previdenciária, meios eficazes de arrefecimento das tensões sociais. De fato, no que se refere a essa questão, a exemplo do que aconteceu durante o Estado Novo, no pós-1964 a tentativa de redefinir o papel do Estado frente aos conflitos sociais se fez acompanhar de reformulações no enfrentamento da "questão social".

Neste sentido, podemos dizer que com o movimento político militar de 1930, a 'revolução passiva'⁸

4 Referindo-se a essa questão Leandro Konder fez a seguinte observação: "Na realidade... todas as correntes conservadoras, religiosas ou leigas, otimizistas ou pessimistas, metafísicas ou sociológicas, moralistas ou cínicas, científicas ou místicas, concordam em um determinado ponto essencial. Isto é: em impedir que as massas populares se organizem, reivindiquem, façam política e criem uma verdadeira democracia" (KONDER, Leandro. "A unidade da direita", In: *Jornal da República*, São Paulo, 20/09/1979, p. 4)

5 Mesmo com o risco de repetir o óbvio, nunca é demais assinalar que a "questão social" se encontra inscrita no processo de constituição das sociedades capitalistas. Como esse processo variou muito de país a país e jamais se caracterizou como um instrumento de assalto ao Estado - por mais importante que tenham sido episódios como a Revolução Francesa ou a Revolução Gloriosa na Inglaterra -, a compreensão da efetivação da "questão social" passa pelo conhecimento da formação de cada país. A esse respeito, ver: FAUSTO, Bóris. "Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945): uma revisão". In: *Novos estudos CEBRAP*, nº 20, março de 1998, p. 7

6 A imagem que muitos intelectuais fizeram do Estado, nos dois períodos mencionados, remete à identificação de uma fonte de inspiração hobbesiana, levando à defesa do autoritarismo político como forma adequada para o governo dos homens. Mas a concepção dos mesmos, em realidade é o oposto do "individualismo possessivo" de Hobbes. Com efeito, o Leviatã ameaça constantemente, em diversos períodos de nossa história, sair das águas para salvar o Brasil, já que a sociedade brasileira é percebida como em verdadeiro estado de natureza, necessitando desta forma de um soberano capaz de dar-lhe o instinto de sociabilidade que não possui. Obviamente, a mediação de dois séculos, fartos de experiências, haveria de interferir no discurso destes intelectuais, suavizando, senão subtraindo a brutalidade presente e justificada no Leviatã. Cabe ainda lembrar, que "o estado de natureza, de Hobbes, é uma hipótese lógica, não histórica". É uma "dedução oriunda das paixões", relata "que maneira de vida haveria se não existisse um poder comum a temer". (A respeito, consultar: MACPHERSON, C.B.A. *A Teoria Política do Individualismo Possessivo de Hobbes até Locke*. RJ, Paz e Terra, 1979, p. 31-32)

7 Neste sentido, Bolívar Lamounier conclui que essa figura de Estado assim pode ser definida, já que para muitos intelectuais brasileiros, o Estado é "benevolente porque reflete a sociedade em suas boas qualidades, e porque a corrige, severa mas afetuosamente, nas más: nos impulsos infames do comportamento rebelde; nas ações altruístas, mas errôneas, porque carentes de esclarecimento; e sobretudo, naquelas que se alimentam de motivações alienígenas, alheias à sua índole e essência". (LAMOUNIER, Bolívar. "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação". In: FAUSTO, Bóris (org.) *O Brasil Republicano*, VII, RJ, Difel, 1985, p. 370)

brasileira, assume uma nova configuração que terá como "fermento revolucionário" a "questão social"⁸. Visto em perspectiva histórica ampla, é possível perceber que o aperfeiçoamento da "questão social" foi utilizado pelas elites dirigentes como um elemento de fundamental importância para fazer a modernização capitalista seguir o seu caminho "passivo".

De posse dessas análises, podemos constatar que o exercício autoritário do poder político não foi exceção e sim uma regra na história do Estado brasileiro. Neste sentido, faz-se necessário aprofundarmos, o mais rápido possível, num constante diálogo com a história passada e recente, a verdadeira essência da democracia que temos vivenciado ao longo dos anos em nosso país, posto que há um formidável consenso sobre a democracia, aqui e em toda parte, presidido, *of course*, pelos USA que apelidaram de democráticos governos como o de Fugimori. Esse consenso pode se tornar a arma mais mortal para derrotar a própria democracia, para tornar indiferentes as formas dos regimes políticos, principalmente em países com uma tradição política autoritária como o nosso.

Ao reconstruirmos o movimento de longo prazo e da conjuntura podemos perceber a existência de uma cultura política brasileira, com traços bastante autoritários, posto que essa cultura é historicamente produzida, não sendo uma abstração meramente pressuposta que dispense mostrar como se constrói.

Além desses aspectos, também podemos perguntar se foi democrático um governo como o de Fernando Henrique Cardoso que desqualificou os opositores, descumpriu cotidianamente a Constituição, governou por Medidas Provisórias – uma média de 51 Medidas Provisórias por mês, segundo Charles Pessanha, que só perde para Vargas no Estado Novo e para a Junta Militar ditatorial que usurpou o próprio poder ditatorial na doença de Costa e Silva⁹. Como indaga Francisco de Oliveira: podemos definir como democrático um governo como esse? A pergunta é séria e mostra a atualidade da própria questão democrática, ao invés de nos contentarmos com a platidão "democrática" de plantão.

Se considerarmos o conceito gramsciano de hegemonia¹¹ e problematizarmos as interpretações que se ancoram no conceito de autoritarismo, podemos dizer que o longo período que vai desde 1930 até hoje, não é, propriamente de hegemonia. Mas de sua ausência. As contas realizadas por Francisco de Oliveira deixam claro essa realidade. Vejam bem, diz ele, "desde 30, tivemos praticamente um golpe ou tentativa de golpe a cada três anos!" (Oliveira, *idem*). De 1930 a 1990, portanto durante sessenta anos de história o país vivenciou 41 anos sem governos eleitos pelo povo – 15 durante o período ditatorial de Getúlio Vargas (1930-1945) – e 26 sob governos militares ou sua prolongação na presidência de José Sarney (1964-1990), tampouco produto do voto popular. Um regime parlamentar existiu no intervalo entre os dois períodos – 1945 e 1964 – que, contou com quatro presidentes eleitos, dos quais apenas dois concluíram seus mandatos. Uma única vez nesses 60 anos o país viu um presidente civil eleito pelo voto popular – Juscelino – transmitir o cargo a outro civil – Jânio – igualmente eleito por votação popular, mas que renunciou sete meses depois. O chamado período "normal", ou seja, "democrático", nesse espaço de tempo, foi justamente o da "democracia populista".

Esses elementos não apenas particularizam a compreensão da história brasileira, como revelam que dificilmente trata-se de hegemonia, mas de sua impossibilidade, ou seja do processo de produção da hegemonia. Pois ditadura é tudo, menos hegemonia. Não podemos ignorar que, quando apenas a violência ostensiva é utilizada, é porque o consenso não foi obtido. É claro que mesmo os regimes violentos necessitam, também de uma certa dose de consenso, mas ela é mínima, enquanto na hegemonia ela é máxima. A utilização da questão social como "fermento revolucionário", ou melhor o impulsionamento da mesma por parte do Estado após 1930 e no pós-1964 através de importantes medidas no plano da política social, também fez parte de um projeto de obtenção de uma certa dose de consenso nos momentos de ditadura.

8 Vale registrar que a noção de Revolução Passiva ocupa um posto de destaque nas reflexões de Antonio Gramsci nos *Quaderns*. Essa noção é um instrumento-chave da qual o marxista italiano se serve para compreender não apenas a formação do Estado burguês moderno na Itália, mas também para definir traços essenciais da passagem do capitalismo italiano para sua fase monopolista. De resto, o conceito é utilizado por Gramsci como critério de interpretação mais geral: basta pensar, por exemplo, em sua sugestão de leitura da experiência americanista e fordista à luz dessa noção.

9 Com o golpe militar de 1964 essa questão será novamente impulsionada em termos do seu enfrentamento por parte do Estado. Entretanto, esse "fermento" utilizado pela revolução passiva em 1930, irá se apresentar pelas mãos dos intelectuais do bloco dominante, de modo ainda mais complexo, no pós-64. Após o Estado ser aparelhado "legalmente" para garantir a contenção de qualquer ação de oposição por parte dos diversos setores sociais, foram definidas diversas medidas "compensatórias" que, de alguma forma, vieram permitir um avanço da legislação social, ainda que limitado, de um lado, pelas exigências do modelo econômico e, de outro, pelo alijamento de seus beneficiários de qualquer participação.

10 Há 16 anos, governos brasileiros abusam de Medidas Provisórias – MPs – e tornam o Congresso refém do Planalto. Criada pela Constituição de 1988, a Medida Provisória veio substituir o antigo decreto-lei. É uma forma de dar ao presidente da República o direito de tomar decisões que ganham força de lei por um determinado tempo até serem votadas pelo Congresso. A questão é saber até que ponto a MP deve ser utilizada pelo Poder Executivo e o que isso compromete os trabalhos de deputados e senadores, eleitos para criarem leis ao País. O uso abusivo de MPs acabou concentrando o Poder Legislativo nas mãos do presidente da República. Deveria ser um instrumento excepcional. Mas não. Tudo é tratado com MP. Desde janeiro de 2003, o governo Lula editou 113 MPs, uma média mensal de 5,38. Ao todo, 27 ainda tramitam no Congresso.

11 Em Gramsci, a hegemonia não é entendida apenas, como em Lênin, como direção política, "mas também como direção moral, cultural, ideológica" (GRUPPI, 1978:11). É importante ressaltar ainda que a teoria dos intelectuais de Gramsci decorre da relevância que ele concede à cultura enquanto componente fundamental da hegemonia. Cabe também fazer uma referência à sociedade civil, ela é uma esfera da superestrutura, em que são formuladas e circulam a cultura, a ideologia, enfim, as relações de direção política e ideológica, de hegemonia, de uma classe social com relação às outras, mas também como o lugar em que todas as classes organizadas expressam a defesa dos seus interesses. Deve, no entanto, ficar claro que a hegemonia, para Gramsci, inclui o ideológico, mas não pode ser reduzida àquele nível, e que ela se refere à relação dialética de forças de classe.

Isso posto, podemos dizer que o processo brasileiro, desde 1930, é o de busca da hegemonia, precisamente do ponto de vista gramsciano: de condução moral.

Hoje, ao analisarmos o caráter do regime do final do século XX no Brasil, podemos dizer que a hegemonia se pôs como possibilidade, como virtualidade¹², construída ao longo dos anos.

Para melhor compreendermos as repercussões das políticas neoliberais no Brasil, temos que considerar que determinadas medidas promovidas pelas mesmas se adequaram perfeitamente à nossa sociedade, como é o caso da canalização do pressuposto público para interesses privados. É importante destacar que o Brasil é uma sociedade marcada por formas políticas de apropriação da esfera pública em função dos interesses particularistas de grupos poderosos. Aqui existe uma tradição autoritária e excludente, condensada num "autoritarismo social", que fez com que a sociedade brasileira se desenvolvesse hierarquizada. Ao contrário dos países europeus, no Brasil a cidadania não se constituiu historicamente. Se observarmos com atenção veremos que em nossa sociedade as relações de favor, de clientelismo, de dependência, atravessaram a formação política brasileira. As classes dominantes do país se acostumaram a fazer do Estado brasileiro seu instrumento econômico privado por excelência. Desse modo, o discurso neoliberal tem assombrosa recepção ao atribuir o título de modernidade ao que existe de mais conservador e atrasado na sociedade brasileira: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública, anulando a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações do Estado. A desigualdade que se encontra no processo de desenvolvimento do país tem sido uma das particularidades históricas: o moderno se constitui por meio do "arcaico", recriando nossa herança histórica ao atualizar aspectos persistentes, e, ao mesmo tempo, transformando-a no contexto neoliberal.

No Brasil, as esferas pública e privada possuem particularidades que não podem ser ignoradas. Isso porque, além de ser determinado pelas necessidades de reprodução do capital e de legitimação da ordem burguesa, o Estado brasileiro apresenta a peculiaridade de representar um capitalismo dependente, periférico e conter elementos patrimonialistas não encontrados em outros Estados capitalistas que viveram revoluções burguesas plenas, no sentido de que governantes ou ocupantes de cargos públicos em qualquer nível tendem a considerar a coisa pública como patrimônio pessoal, cujas manifestações são o clientelismo, o enriquecimento ilícito e a dilapidação da coisa pública. Assim, a desprivatização do Estado no Brasil sempre foi um desafio, que as esquerdas pouco enfrentaram, bem anterior ao neoliberalismo, que ob-

viamente se agravou com a implementação do mesmo. Nas últimas décadas as classes dominantes começaram a extravasar uma subjetividade antipública, uma ideologia antiestatal que demonstra o desprezo pela questão social. Como num "passe de mágica", parece que tanto a acumulação de capital quanto seus próprios cotidianos, podem fazer-se, reproduzirem-se sem o Estado. Este, aliás, como disse Francisco de Oliveira, aparece como um estorvo. O que caracterizou o governo FHC, e continua caracterizando o momento atual (esperamos que por pouco tempo) é a desuniversalização da dominação, que redefine-se como apenas dominação, des-democratiza e transforma-se em algo que fundamentasse em nossa herança autoritária, ultrapassando-a: o totalitarismo.¹³

Sem dúvida trata-se de um exagero, reconhecido pelo próprio autor supracitado, assimilar regimes representativos, cujos dirigentes são eleitos em pleitos universais, com alternância de grupos e partidos na direção do Estado, aos regimes totalitários. Entretanto, também constitui exagero associar os pleitos livres à existência da democracia. Os intérpretes eleitorais precisam reconhecer que a cidadania não é decorrência necessária do título de eleitor, senão que depende da capacidade da decisão autônoma expressando-se na emancipação da pobreza e da miséria. Estamos fartos de saber que os pleitos livres são grave e crescentemente comprometidos pelo poder econômico financiando legendas políticas, o que torna mais relativa a liberdade e universalidade das eleições, conforme observou Oliveira (idem). Por isso, vale registrar que ao situarmos tais características, não queremos incorrer o risco de desvalorizar as instituições, mas sim de revalorizá-las. Concordamos com Francisco de Oliveira, quando observa que o primeiro passo para sairmos da sensação de derrota histórica e impotência para transformações, é fazer a crítica dessa pretensa democratização.

A avalanche neoliberal demonstra que os problemas sociais aprofundados nessa quadra histórica que atravessamos, não representam apenas uma retórica, mas um processo com profundas raízes em nossa sociedade. Assim sendo, no Brasil de hoje, faz-se urgente radicalizarmos a crítica cobrando as promessas contidas no conceito de democracia. A questão real hoje é como desprivatizar o Estado, e esta seria a perspectiva de sua reforma (que significa ampliar os espaços da esfera pública não burguesa, mas não no sentido de que cabe à sociedade realizar o que é dever do Estado; no sentido rigoroso de balizar-lhe os movimentos, de democratizá-lo, de ampliar as arenas de conflito e resolução, e não de reprimi-los). Desprivatizá-lo significa desentranhar os "anéis burocráticos" que formam a imbricação histórica promiscua entre o público e o privado no Brasil.

12 A respeito ver: Freire, Silene de Moraes (2002)

13 O conceito, adverte Oliveira, "mesmo que imperfeito, parece mais teoricamente produtivo que o de hegemonia. Porque ele permite trabalhar a tendência, formalizada em projeto a partir da égide da presidência Cardoso". (Oliveira, 1998:220)

No momento de elaboração deste artigo podemos dizer que o programa do governo Lula está, como mencionou Francisco de Oliveira, "a meio caminho entre a continuidade de FHC e o equívoco de De La Rúa. Na prudência, é continuidade; na tentativa de consenso por agregação para um desenvolvimentismo que está além da capacidade de acumulação de capital, é equívoco. O momento de indeterminação deveria fazer refletir, e pede-se uma urgente reflexão teórica. Podemos estar frente a uma nova forma de uma sociedade de controle, que nem é democracia, nem totalitarismo. O capital tem suas invenções..." (Folha de São Paulo:18/05/2003)

É justamente com base no reconhecimento dessas particularidades históricas que faz-se necessário e urgente termos um entendimento adequado do significado dessa conformação em termos de enfrentamento da questão social em nosso país (isto porque acreditamos que a problemática social presente no início do século XXI não se constituiu como uma invenção deste período).

Nos parece extremamente problemática a discussão dos eixos, dos núcleos, das matizes da questão social que criaram historicamente em nosso país uma cidadania extremamente limitada.

Desse modo ao analisarmos a 'questão social' a partir de 1995, ou seja, a partir do final do século XX em nosso país, também achamos importante aduzir que uma das condições favorecedoras de propostas neoliberais em contextos como o nosso foi sem dúvida a conjuntura hiperinflacionária que vivenciamos. Tal conjuntura forneceu o caldo-de-cultura adequado para o avanço neoliberal. Um outro elemento também importante, pode estar presente na própria desesperança que o país presenciou nas últimas décadas do século XX.

Desse modo, entendemos que a hiperinflação aliada ao fato de que a instauração democrática da última década do século XX, não se reverteu em melhores condições de vida, engendraram uma espécie de desesperança coletiva que acabou por ser funcional as propostas neoliberais..

O Brasil ingressa numa fase democrática, guiado por um governo civil, com um acúmulo expressivo de problemas econômicos e sociais. Com o decorrer dos governos democráticos, tais problemas não conseguem ser solucionados, mas desdobrados ao longo da cha-

mada "década perdida", o que fez com que a desesperança popular aumentasse¹⁴.

Hoje, no início do século XXI, apesar do neoliberalismo ter confirmado que também no Brasil os seus sucessos ideológicos são visivelmente maiores do que os êxitos econômicos, ele continua sobrevivendo sem grandes ameaças. Esse fato também deve ser atribuído a incapacidade da esquerda, até aqui, em construir formas hegemônicas alternativas para a sua superação. Bases essas, que não podem deixar de se ocuparem com a construção de um projeto de socialização do poder que seja articulado com a crise fiscal do Estado, e capaz de desarticular as bases de legitimação do neoliberalismo, entre as quais se situa, a passividade, o aumento dos níveis de pobreza, o desemprego e a desagregação social.

O Brasil e toda a América Latina, de Laboratório privilegiado das experiências neoliberais, tornaram-se a região mais instável do mundo em termos econômico-sociais, refletindo a maior desordem social que o continente já viveu (Soares, 2003) Os caminhos previstos atualmente não são nada otimistas.

Pobreza e exclusão social: as "novas" expressões da questão social

A exclusão econômica e social no Brasil deste início de século, sob a égide do neoliberalismo só pode nos deixar pessimistas com relação ao futuro do continente. Portanto, faz-se necessário que contribuições se somem na construção de propostas que derrotem o projeto neoliberal¹⁵

A ortodoxia neoliberal não se verifica apenas no campo econômico. Infelizmente, como observou Soares (2003, p.11), no campo social, tanto no âmbito das idéias como no terreno das políticas, o neoliberalismo fez estragos e ainda continua hegemônico. Nesta direção, inclusive, pode-se dizer que o caráter ortodoxo das idéias e das propostas em torno das questões sociais que nos afligem no mundo contemporâneo se manifesta ainda de forma mais intensa do que no campo econômico (idem).

São essas, num plano geral, as razões que nos obrigam a privilegiar a análise da pobreza e da exclusão como algumas das "novas" resultantes da questão social que permeiam a vida das classes subalternas

14 Segundo Emir Sader, "a bomba de tempo teria de explodir, como efetivamente ocorreu". Ao longo dos anos 80, a economia brasileira viveu processos de acomodamento, com a imposição da hegemonia do capital financeiro, que finalmente desembocou no neoliberalismo, iniciado no final da década, ainda no governo Sarney (Sader, 1996:36)

15 A publicação Estatísticas do Século 20, lançada em 29 de setembro de 2003 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que O Brasil aumentou em cem vezes o Produto Interno Bruto (PIB) e multiplicou por 10 a população durante o século passado, o PIB do País equivalia a cerca de R\$ 1 bilhão em 1900, para uma população de 17,4 milhões de pessoas e, em 2000, chegou a R\$ 1 trilhão para 169,6 milhões de brasileiros. A distribuição de renda, no entanto, piorou no período. Ainda de acordo com a publicação, em 1960, a renda total dos 10% mais ricos era 34 vezes maior que a dos 10% mais pobres. Trinta anos depois, a diferença havia crescido para 60 vezes. A desigualdade foi ampliada apesar de o PIB per capita do brasileiro ter crescido quase 12 vezes de 1901 a 2000, com uma média de 2,5% ao ano, passando do equivalente a R\$ 516 para R\$ 6.060. O desempenho só foi superado por poucas economias no mundo, como Japão, Taiwan, Finlândia, Noruega e Coreia. O bolo cresceu, mas não chegou a maioria da população brasileira, melhor dizendo, a riqueza não foi repartida. Ou seja, apesar de no século XX, o Brasil apresentar um relativo crescimento econômico a desigualdade permeou todo esse longo período como um traço expressivo da nossa história. A concentração de renda avançou neste século, e o abismo social foi aprofundado, sobretudo na década de noventa, com a implementação da agenda neoliberal.

em nossa sociedade. Ao colocarmos a questão social como referência de análise, estamos destacando a questão da divisão da sociedade em classes, cuja apropriação da riqueza socialmente gerada é extremamente diferenciada. Questão que, na atual conjuntura, com seus impactos devastadores sobre o trabalho, assume novas configurações e expressões. Numa sociedade como a brasileira em que a cidadania nasceu regulada ao mundo do trabalho, conforme observou Wanderley G. dos Santos (1978), compreender os rumos, os impactos dessa questão no atual contexto, torna-se de suma importância. É nesse âmbito que situamos a condição de pobreza, e exclusão social. Não ignorando que a abordagem conceitual da exclusão configura-a como uma forma de pertencimento, de inserção na vida social. Trata-se, como destacou Martins (2001), de exclusão integrativa, de uma inclusão que se faz pela exclusão, de uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída.

Ao enfrentarmos essa questão, faz-se necessário esmiuçar as fragilidades conceituais e metodológicas da recente cruzada contra a pobreza empreendida pelos organismos multilaterais, como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Como observou Pierre Salama (2001) sob os aspectos de rigor, objetividade e procedimento científico, o cálculo dos indicadores de pobreza é construído sobre um grande número de avaliações subjetivas que vão influenciar o resultado final, fazendo aumentar ou diminuir em muitos milhares o número de pobres reconhecidos e contabilizados.

É notório que, de maneira geral, a definição das "linhas de pobreza" cauculadas pelos organismos internacionais tendem a excluir da condição de pobres enormes contingentes de seres humanos. Isto significa a ocultação sistemática de carências que, projetadas contra o pano-de-fundo das múltiplas necessidades sasciadas pela vida moderna, tornaram-se assustadoras. Salama diz com razão que "a simples questão de se saber se traçamos a linha de separação (entre a "normalidade" e a pobreza) no nível do mínimo requerido para a sobrevivência ou no nível médio de vida da população e de sua evolução é fundamental para revelar a filosofia subjacente e para as definição de medidas e indicadores que serão utilizados" (idem). As abordagens multidimensionais, aquelas que incluem a apreciação subjetiva dos cidadãos acerca da própria situação, são, portanto, indispensáveis. No Brasil, por exemplo, a pobreza não pode ser dissociada da percepção de exclusão e de não pertinência dos grupos marginalizados. Isto se exprime em relação às instituições republicanas e a busca incessante de um amparo religioso ou carismático¹⁶.

Atingidos pelo desemprego, pela falência ou pela desvalorização de sua riqueza, tragados por movimentos ou flutuações inesperadas dos mercados, os indivíduos são afastados dos meios que permitem a sua sobrevivência. Para estes desamparados, a liberdade de vender e comprar tem um único sentido: aparece como o despotismo de forças que lhe são estranhas, que não podem compreender, nem suportar. Cada vez mais, porém, a arquitetura ideológica das sociedades de mercado e o imaginário social construídos pela mídia eletrônica insistem em convencer as vítimas de que suas desgraças não passam de tragédias pessoais, entre tantas que se desenrolam na vida social. Os fenômenos do desamparo, da desigualdade e da pobreza irrompe, no capitalismo, sob a forma diretamente social, como produtos de uma engrenagem que, em seu funcionamento maníaco, devasta a vida de milhões de pessoas e as entrega aos azares da liberdade negativa, mas é necessário apresentar tais acontecimentos como resultado do fracasso pessoal.

Entender a pobreza brasileira passa por um esforço de compreender o horizonte histórico de uma cidadania truncada que não se traduz em civilidade no plano das relações sociais. O Brasil é um país que convive e conviveu com o espetáculo da pobreza sem nunca tê-lo equacionado nos termos da justiça e da cidadania.

Aspectos recentes da pobreza, apontam para a necessidade de se aprofundar as novas expressões desse fenômeno. Um caminho frutífero que vem sendo apontado para o entendimento da pobreza na contemporaneidade é o conhecimento sobre as estratégias de sobrevivência das famílias brasileiras, sobretudo nos centros urbanos. Vale lembrar que os dados correspondentes aos anos 90 do século XX, evidenciaram que a pobreza é hoje predominantemente urbana.

A família põe em foco de modo mais nítido as novas configurações da questão social através do aspecto multifacetado da pobreza, que diz respeito a diferentes carências em que se articulam modos de inserção no mercado de trabalho e a (ir)regularidade dos rendimentos, condições de moradia e o acesso a bens, serviços e políticas sociais. Tais aspectos reafirmam que a vida concreta dos homens está na centralidade da categoria trabalho, como menciona Antunes (1996 e 1999). Ao produzir, através do trabalho, os homens estabelecem determinadas relações sociais e também formas de significar o mundo.

Para Telles (1999), as chances de escapar do pauperismo são diferentes (e desiguais) conforme as situações familiares, o número de seus provedores, o modo como se inserem no mercado e as possibilidades de cada um em função de suas características de sexo e idade e de seu lugar na hierarquia familiar.

É na relação entre família e mundo do trabalho que se identifica uma heterogeneidade interna às

16 O carisma desse início de milênio não é exercido preponderantemente pelas figuras populistas de outros tempos. Ele é produzido modernamente pela ação implacável e uniformizada dos meios de comunicação.

situações de pobreza, relacionada à inserção diferenciada no mundo do trabalho em cada um dos momentos da vida familiar e que define, em grandes linhas, as fronteiras entre pobreza e miséria.

Para entendermos a dinâmica da família em condições de pobreza, é fundamental identificarmos a caracterização da precariedade que se inscreve nas condições de vida e se traduz na fragilidade das estratégias familiares de sobrevivência. A matriz dessa precariedade é construída entre as contingências do trabalho, a privação de direitos e a lógica das discriminações

Essa precariedade se objetiva no interior da família de diferentes formas. Estudos recentes nos grandes centros urbanos brasileiros, sobretudo São Paulo e Porto Alegre, revelaram algumas características importantes das famílias pobres dessas cidades:

- A maioria são famílias nucleares e pouco numerosas. (média de 4,8 membros e 3 em idade economicamente ativa, com 1,7 de ocupados)
- Filhos já em condições de se lançarem no mercado de trabalho e são eles sobretudo os responsáveis pelo trabalho complementar.
- As possibilidades da sobrevivência só se alteram de forma significativa quando as famílias podem contar com o trabalho dos filhos adultos.
- Nas famílias mais velhas os filhos adultos chegam a representar mais de 50% do total dos membros ocupados. São eles que substituem as mães no seu papel de provedoras, de tal modo que estas tendem a voltar para a exclusividade das tarefas domésticas.
- As chances de escapar do pauperismo aumentam conforme as famílias envelhecem e os filhos passam a ajudar, nem por isso trata-se de uma história linear. As pesquisas mais recentes apostam na hipótese de que o aumento recente do desemprego tem diminuído essas chances.

Por outro lado, a saída dos filhos quando se casam pode configurar condições de vida ainda mais precárias que as anteriores.

Diante da predominância do trabalho desqualificado, instável, informal e mal remunerado, a maior ou menor vulnerabilidade das famílias à ameaça da pobreza ou da miséria depende em grande parte do momento da vida familiar. Tal momento, precisa considerar a dinâmica do mundo do trabalho.

O trabalho desqualificado, o desemprego e o subemprego armam o quadro das privações da família. Ou seja, pelo ângulo da relação da família com o mundo do trabalho as condições de pobreza se esclarecem.¹⁷

A pobreza atual, convém lembrar, já não é mais nem principalmente a carência material. As pobres, como observou José de Souza Martins (2002, p.12), "se multiplicaram em todos os planos e contaminaram até mesmo âmbitos da vida que nunca reconheceríamos como expressões de carências vitais". Por outro lado, diz o autor, o tema da exclusão nos põe diante de um conjunto grande de incertezas em relação à sociedade contemporânea e à nossa capacidade de sair do abismo que elas representam. A novidade da chamada exclusão social é sua velhice renovada. "O que deve preocupar é que ocorra nos dias de hoje, nos tempos da sociedade moderna, na sociedade da igualdade social e da contratualidade, na era da globalização econômica" (idem).

As alternativas a essas "novas" expressões da questão social tem sido as políticas compensatórias, sem dúvida necessárias nessa circunstância, por meio das quais se procura atenuar os efeitos danosos do modelo econômico. Entretanto, tais políticas apenas confirmam e legitimam a exclusão por meio de benefícios que não constituem legítima apropriação dos resultados da economia. "São apenas débito a fundo perdido, preço a pagar pela sustentação de uma economia cuja dinâmica bane e descarta parcelas da população" (idem). Concordamos com Maria Carmelita Yazbek (2001) quando menciona que,

Frente a essa conjuntura de crise e mudanças, as políticas públicas na área social deverão acentuar seus traços de improvisação e inoperância, seu funcionamento ambíguo e sua impotência na universalização dos acessos a serviços sociais delas derivados. Permanecerão políticas ad hoc, causuísticas, fragmentadas, sem regras estáveis e operando em redes obsoletas e deterioradas. Corremos um risco de grave regressão de direitos sociais. (Yazbek, 2001, p37).

Num plano mais concreto e operacional, partimos da premissa de que a compreensão das expressões da questão social na contemporaneidade impõe lembrar que o reconhecimento de direitos, mesmo garantidos constitucionalmente, não vem se constituindo historicamente atributo efetivo das políticas sociais em nosso país. No vasto campo de atendimento das necessidades sociais das classes subalternas administram-se favores. Mais de um século de clientelismo consolidaram uma cultura política tuteladora que não favorece o protagonismo nem a emancipação dessas classes em nossa sociedade. O modelo atual, reforça as abordagens despolitizadas da questão social, colocando-a fora da esfera pública, fora da esfera dos direitos, portanto distante da efetivação da cidadania.

17 As famílias que conseguem sair da situação de miséria contam com o trabalho de suas crianças e adolescentes, mas o máximo que conseguem é deixar a condição de muito pobres para se tornar "apenas" pobres. Isso abre um leque de questões para se escapar do pauperismo exige-se um enorme esforço que ultrapassa o âmbito da família e articula-se diretamente ao âmbito da assistência e das políticas sociais



Aprofundar o conhecimento de nossa história destacando os principais aspectos suscetíveis de nos ajudar a repensar as graves conseqüências dos regressos sociais impostos pelo neoliberalismo no período em relevo, é uma exigência que não podemos mais nos privar.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo", In Sader, Emir et. alli. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo, Cortez/Unicamp, 1995.

_____. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. São Paulo, Boitempo, 1999.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

FREIRE, Silene de Moraes. Cultura Política : as (in)definições e ambigüidades de um conceito. IN: Revista Internacional de Estudos Políticos - RIEP-, ano 2, nº 3, Rio de Janeiro, UERJ/NUSEG, abril de 1999

_____. "Estado, Democracia e questão Social no Brasil". In: BRAVO, M. Inês S. e PEREIRA, Potyara A.P.(ogs). Política Social e Democracia. -2ªed. São Paulo, Cortez Editora, 2002

IANNI, Octávio. A Idéia de Brasil Moderno. São Paulo, Brasiliense, 1992.

MARTINS, José de Souza. A Sociedade Vista do Abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais, Petrópolis / RJ, Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal", In Oliveira, Francisco et. alli. Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. "Passagem da neblina". In: Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.

SADER, Emir Simão. A Transição no Brasil : da ditadura à democracia ? . São Paulo, Atual, 1990.

_____. A Vingança da História. São Paulo, Boitempo, 2003

SALAMA, Pierre e DESTREMAN, Blandine. O Tamanho da Pobreza. Economia política da Distribuição de Renda. Petrópolis, RJ, Ed. Garomond, 2001

SANTOS, Wanderley Guilherme. Ordem Burguesa e Liberalismo Político . São Paulo, Duas Cidades, 1978.

SOARES, Laura T. R. Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. O Desastre Social. Coleção Os Porquês da desordem Mundial. Rio de Janeiro, record, 2003.

TELLES, Vera da Silva. A Cidadania Inexistente: Incivildade e Pobreza. Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 1992

YAZBEK, Maria carmelita. Pobreza e Exclusão Social: expressões da Questão Social no Brasil. IN: Presença nº3, Ano 2 , Brasília: ABEPSS, Grafine, 2001, p.33-40.

Resumen:

Apesar das transformações por que passou a sociedade brasileira nas duas últimas décadas do século XIX, momento em que todos os esforços eram para a constituição de uma estrutura econômica, política e social nova, a ideologia do liberalismo prosseguiu, justificando a negação da existência de um "problema social" e a omissão do Estado frente a ele. Aliás, uma das hipóteses de nossa investigação é a semelhança, não casual, do liberalismo ortodoxo desse período com o neoliberalismo que o Brasil irá enfrentar no final do século XX, até os dias de hoje, sobretudo, no que se refere a criminalização da questão social. Entretanto, como é amplamente reconhecido, apesar de todas as condições adversas e do predomínio ideológico do liberalismo, que resultavam na omissão do Estado diante das questões do trabalho, a sociedade brasileira ingressou no século XX tendo já algumas leis que poderiam ser consideradas como compoendo um início de direito trabalhista, embora não ultrapassassem o âmbito dos profissionais do Estado.

DESCRIPTORES: Questão social / Democracia brasileira / Cidadania / Exclusão social